



CONTEXTOS SÓCIO-POLÍTICOS DA SEXUALIDADE: DO CAMPO ANTROPOLÓGICO AO OLHAR *(DES)VIADO* SOBRE OS CORPOS TRANS*VERSALIZADOS NO CANDOMBLÉ

Autor: Claudenilson da Silva Dias Orientadora: Rosangela Costa Araújo

Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA)
diasghp@gmail.com janja.araujo@bol.com.br

RESUMO: Este artigo pretende compreender, a partir de um recente panorama dos estudos da sexualidade e das dissidências de gênero, as relações de violência simbólicas vivenciadas pelas pessoas trans* no contexto do Candomblé de Salvador. Para tanto, busco a partir de uma nova perspectiva da sexualidade, dialogando com autores do campo sociológico e antropológico, entender o percurso dos estudos de sexualidade e gênero nos respectivos campos em diálogo com os estudos *(des)viados* (teoria *queer*). Considerando que os corpos trans* são atravessados pelas relações de poder, assim como outros sujeitos *desviantes*, cabe posicionar-se criticamente acerca de suas questões sociopolíticas, é o que intenta as políticas e estudos *(des)viados*. É importante apreender o caráter dinâmico das identidades, bem como sua capacidade de se deixar atravessar por outras categorias analíticas o que pode possibilitar a elevação de sua agência enquanto sujeito político. Concluímos, portanto, indicando algumas percepções das análises iniciais a saber: existem relações de poder que colocam as trans*identidades em posições desfavoráveis nas comunidades-terreiro propondo para tanto que sua agência política seja observada como um aspecto de modificação desse espaço.

Palavras-Chave: trans*identidades; Candomblé; estudos *(des)viados*; biopoder.



INTRODUÇÃO

Este texto visa compreender os processos de violência simbólica que pessoas trans*¹ vivenciam em suas aproximações com comunidades-terreiros. Dividimos o texto em três seções principais e a conclusão. Dentre as seções temáticas, destacamos na primeira seção o caminho que as Ciências Sociais percorreram para possibilitar novas concepções de estudos e entendimentos diversos sobre as sexualidades e dissidências de gênero, o que aponta para a profícua relação entre os campos antropológicos e sociológicos e a *teoria queer*, o que nos permite aproximações com autoras/es como Michael Foucault, Judith Butler, Carole Vance dentre outras/os. Desse modo, na segunda seção fazemos algumas observações sobre como os processos de desconstrução são importantes para que os sujeitos políticos se percebam como tal e assim passem a pautar suas demandas políticas, anunciando inclusive algumas críticas aos movimentos LGBT's hegemônicos. Utilizando-me da noção de identidade de Kabengele Munanga passamos, na terceira seção, a problematizar os

¹ Refiro-me aqui às trans*identidades que compõem a diversidade sexual e de gênero. Transexuais, travestis, transgênero, intersex, pessoas de gênero inconforme são algumas das nomenclaturas mais usuais, no entanto, retifico que utilizarei nesse texto o termo Trans* que é um termo guarda-chuva que nos permite pensar em todas as categorias supracitadas.

processos de invisibilização das trans*identidades nos espaços de comunidades-terreiro, uma vez que essa identidade é transversalizada por outros marcadores das diferenças. Por fim, buscamos entender a partir da noção foucaultiana de biopoder, bem como da noção de necropolítica de Achille Mbembe, as relações de poder acirradas nos espaços que devem acolher todos os corpos de maneira indistinta.

Por uma nova política de sexualidades

“Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos”. (FOUCAULT, 2005, p.30)

Tomando por base o pensamento foucaultiano, pode-se pensar o campo das sexualidades como intensamente controverso em meio aos silenciamentos a ele impostos. O posicionamento construtivista social de Richard Parker (2000) busca explicar a sexualidade, situada nas décadas de 80 e 90, como uma construção social diferenciada, sobretudo, pelos elementos que concernem a cultura desse período histórico (PARKER, 2000, p.125)². O autor enfatiza que o modelo

² O autor refere-se às modificações sócio históricas no que se refere às sexualidades: modificações das normas sociais, atuação política dos movimentos feministas, gays e lésbicos, o impacto da pandemia da AIDS e a preocupação das dimensões culturais da saúde reprodutiva e sexual. Para uma discussão mais detida



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

da “influência cultural”, ainda que minimamente voltado para uma perspectiva biologicista, seja aceitável para dar conta de um novo momento nas discussões sobre as questões das sexualidades, se propondo a questionar as normas em vigência.

Segundo o autor os campos antropológicos que buscam compreender as dinâmicas sociais das sexualidades são entendidos por Carole Vance (1995) a partir de dois modelos teóricos, a saber: “o primeiro surge a partir dos estudos e dos movimentos periféricos aos estudos antropológicos tradicionais; o segundo vem do centro da tradição antropológica” (PARKER, 2000, p.126). Logo, temos sujeitos implicados na (des)construção da ideia de que os estudos da sexualidade buscam apenas delimitar os papéis sociais no campo das sexualidades. A intenção, sugere o autor, é a de problematizar as formas hegemônicas do sujeito político visto pelo campo antropológico quer na sua periferia, quer no seu centro, e assim pautar a reconstrução da agência política de seus corpos.

Desse modo, concordamos com a historiadora Guacira Lopes Louro (2004, p. 82), no que se refere a pensar as formas de gênero e sexualidade como práticas discursivas, construídas por aspectos culturais

sobre os elementos supracitados ver Parker e Gagnon 1995.

e históricos que visam não negar as materialidades dos corpos, mas lê-los através de uma visão multifacetada abdicando de uma compreensão única e muito possivelmente equivocada.

Portanto, as posições das teóricas feministas e das/os estudiosas/os dos campos das sexualidades e dissidências de gênero, destacaram a discussão e os saberes sobre as sexualidades e gênero, a fim de politizar os sujeitos considerados marginais: mulheres, “minorias sexuais”, negros, dentre outros seguimentos sociais que demandam dedicação em outros momentos.

As/os precursores desses movimentos foram os movimentos feministas (RUBIN, 1975), que desde a década de 70 problematizam a noção de igualdade entre homens e mulheres, os estudos gays (FRY, 1982) e lésbicos (RUBIN, 1984), que a partir do final da década de 70 - com grande ênfase na década de 80 e 90 - pautam as dissidências sexuais e de gênero como categorias/ferramentas de análise que possibilitem inserção política dessas populações e por fim os estudos sobre raça/cor (COMBAHEERIVER COLLECTIVE, 1982), que já assinalavam algumas críticas consideráveis à exclusão de negras/os desses espaços de decisão.

O poder exercido pela academia, em especial se considerarmos o eixo euro-

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



estadunidense, inicialmente, contribuiu para a construção do conhecimento sobre as sexualidades do modo como fomos apresentados a este tema/tabua na sociedade contemporânea. Hoje, portanto, lidamos com a produção acadêmica preocupada com as questões de sexualidade e de gênero e que buscam evidenciar o papel social das identidades sexuais e de gênero como produtoras de conhecimento.

Por fim, o advento da epidemia da AIDS, que foi (e ainda é) um catalisador econômico para as pesquisas no campo das sexualidades e de gênero, bem como para desconstruir ideias à época difundidas que colocavam os gays e populações trans*³ na condição de disseminadores da epidemia, tornando-se então sujeitos políticos e ativos na luta contra a doença.

A construção da sexualidade, segundo Parker (2000), intenta uma relação entre a cultura estruturada e as relações sociais. Assim, nota-se um redirecionamento nas pesquisas sobre sexualidade, buscando entender como funcionam as “culturas sexuais” das quais o autor fala. Entendo tais culturas como as categorias úteis para a

³ Refiro-nos aqui às trans*identidades que compõem a diversidade sexual e de gênero. Transexuais, travestis, transgênero, intersex, pessoas de gênero inconforme são algumas das nomenclaturas mais usuais, no entanto, retifico que utilizarei nesse texto o termo Trans* que é um termo guarda-chuva que nos permite pensar em todas as categorias supracitadas.

análise, apreendendo-as a partir de seus contextos históricos e sociais.

Certamente, considerando que o mundo capitalista, racista, misógino e cisgenerificado endossa todas as formas de opressão, sem se preocupar com as especificidades dos sujeitos sociais/políticos (gays, lésbicas, bissexuais, pessoas trans*, pessoas negras, dentre outras) se faz inevitável questionar como os sujeitos que preparam discursos ideológicos, a fim de contrapor as realidades determinadas, se permitem cair em armadilhas que por vezes os colocam na condição de opressor de seus pares. Por exemplo: como pensar que a opressão vivenciada por homossexuais e lésbicas tem a mesma forma? Certamente não. E se pensarmos em corpos mais abjetificáveis como as pessoas trans*, o que pensar?

Desconstruir é preciso. Mas é possível?

Richard Miskolci (2009) busca compreender, a partir do aporte dos estudos das dissidências sexuais e de gênero (*teoria queer*)⁴, como os corpos estão em trânsitos constantes. Uma vez que a dinâmica da

⁴ A teoria queer é originada da necessidade de desconstruir a visão unilateral sociológica sobre as dissidências sexuais e de gênero. Buscarei usar o termo (des)viado para me referir à teoria queer, como forma de resistência aos ditames euro-estadunidenses, uma vez que entendemos no seio do grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade – CUS que embora a teoria tenha sido “importada” dos estados unidos temos variações anteriores a esse empréstimo.



sexualidade e do desejo é o cerne desse aporte teórico, tornam-se possíveis outras formas de vivenciar a sexualidade, partindo do pressuposto de que, mesmo com todo o estranhamento no casamento entre concepções distintas, tanto os estudos *(des)viados* quanto as Ciências Sociais⁵, acabam por fazer os seus papéis na construção de um modo de pensar a ciência que dê conta de *(des)*naturalizar os conhecimentos adquiridos, desconstruindo o papel hegemônico daqueles atraídos por uma zona de conforto que possibilita olhares enviesados por sobre as ciências e outras teorias.

Vale lembrar que a busca dos teóricos *(des)viados* está ligada ao campo dos estudos culturais, por entender que a cultura constrói o sujeito de seu tempo, ao passo que o sujeito influencia o seu meio com a ressalva de que, como afirmava Michel Foucault (1976), em sua noção de biopoder, os corpos são, em geral, propriedade das instituições que regulam as experiências sexuais. As formas

⁵ Para compreender o papel das Ciências Sociais, consideradas “moles”, Boaventura de Souza Santos (2008, pp. 59-92) nos informa, a partir do paradigma emergente das Ciências Sociais, que o conhecimento é alicerçado em quatro pilares: 1) Todo conhecimento científico-natural é científico-social; 2) Todo conhecimento é local e total; 3) Todo o conhecimento é autoconhecimento; 4) Todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum. Portanto, o modo como as sociologias desenvolvem o conhecimento sobre as dissidências sexuais e de gênero, tem a ver com o quanto esses sujeitos são implicados em sua posição de contraposição às hegemonias impostas.

de opressão também se dão no campo das relações de poder, sendo que os indivíduos podem se tornar agenciadores de suas perspectivas e, assim desestruturar as edificações construídas no percurso de suas vidas. Nesse sentido, Foucault nos diz que ainda que a sexualidade seja negada ao sujeito ela estará presente em sua vida, quer em suas práticas sociais, quer em seu projeto identitário. O autor afirma que:

O sexo e seus efeitos não são talvez fáceis de decifrar; em compensação, assim ressituada, a sua repressão analisa-se facilmente. E a causa do sexo – a da sua liberdade, mas também a do conhecimento que dele se vai tendo e do direito que se tem de falar dele – acha-se com toda a legitimidade ligada à honra de uma causa política: também o sexo se inscreve no futuro [...] Se o sexo é reprimido, quer dizer que, votado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples facto de se falar dele, e de falar da sua repressão, tem como que um aspecto de transgressão deliberada. (p. 12)

Um aspecto crucial, e muito caro, aos estudos *(des)viados* é o fato de desmistificar o sujeito anormalizado, dando a ele a perspectiva de negociar suas lutas e assim demonstrar que mesmo os sujeitos considerados ‘abjetos’ são detentores de um lugar/poder político. Segundo Foucault (1997), as relações de poder só poderiam ser entendidas buscando compreender como os sujeitos são “fabricados” pelas instituições sociais – família, igreja, Estado – e ousamos dizer que os “movimentos sociais atuais”



fazem parte, em alguma medida, dessa construção do poder.

Pensamos ser cara tal afirmação, pois a partir dela, percebe-se um ponto de tensão entre a academia e os movimentos sociais. Existem posturas diferenciadas de estudiosas/os que dialogam com uma perspectiva *(des)viada*, quando solicitam que não se tenham referências diretas a tantas identidades, uma vez que o movimento LGBT⁶ se deixa vulnerabilizar quando se propõe a defender bandeiras unitárias e que deveriam agregar corpos outros (FACCHINI, 2005), como sugere um título paradigmático de Audre Lorde (1979) ‘as ferramentas do mestre nunca vão desmantelar a casa-grande’, uma vez que “sobrevivência não é uma habilidade acadêmica”, mas uma construção histórico-vivencial que nos permite entender as nuances da vida cotidiana.

Um dos inúmeros exemplos desse tensionamento é a agenda política das pessoas trans*, que em geral, passa ao largo das bandeiras gays – o nome social em instituições da saúde e educação; a lei de identidade de gênero - dentre outras demandas, perdem força frente ao casamento igualitário entre pessoas do mesmo sexo, sendo esta uma luta específica de uma parte

⁶ Sigla que identifica o movimento em defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Para uma composição histórica desse seguimento social ver FACCHINI, 2005.

do movimento gay e que inclusive não contempla a todas as pessoas gays - e acaba por tornar invisíveis as pessoas trans* e suas especificidades.

Podemos pensar que, em termos de “*sexualidades desviantes*”, nos colocamos sob diversas tensões. Problematizar as heterossexualidades compulsórias, os arranjos familiares e interseccionalizar raça e sexo talvez sejam caminhos para lidar com as amarras e armadilhas dos estudos culturais. Passou-se a considerar a sexologia como importante para dirimir as questões acerca das sexualidades, mas em função de seu caráter minimizador, criminalístico e classificatório, esta ciência perdeu campo, passando esta vertente a ser vista como sexista, e por que não dizer transfóbica, já que a patologização das identidades trans* parte de um projeto cientí(fa)cista.

Para Miskolci (2009), a *teoria (des)viada* consegue dar conta de uma abordagem desconstrutivista de modo que focalize nos processos de questionamento incessante para, enfim, se posicionar como sujeito político de direito, àquelas/es que outrora se consideraria “abjetos”. Para tanto, tais estudos buscam romper com os paradigmas arraigados e assim problematizam o papel dos sujeitos. Nesse sentido, Miskolci afirma que:



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

O interesse *queer* por travestis, transexuais e pessoas intersex se deve ao compromisso científico de crítica dos apanágios identitários e concepções de sujeitos unitários e estáveis. A Teoria *Queer* busca romper as lógicas binárias que resultam no estabelecimento de hierarquias e subalternizações, mas não apela à crença humanista, ainda que bem intencionada, nem na “defesa” de sujeitos estigmatizados, pois isto congelaria lugares enunciatórios como subversivos e ignoraria o caráter contingente da agência. A crítica da normalização aposta na multiplicação das diferenças que podem subverter os discursos totalizantes, hegemônicos ou autoritários. (MISKOLCI, 2009, p.175)

Logo o corpo trans*, como tratado por Caroline Barreto (2007), requer um redesenho social, um lugar de importância. Assim como no pensamento de Berenice Bento (2008 p. 18), “esses corpos que cruzam os limites fixos”, transferem o não lugar para aqueles que não alcançam suas complexidades. De outro modo, as pessoas trans* em suas idiossincrasias transpõem a barreira da invisibilidade e demarcam suas ações como construções de seus corpos políticos, quer através de sua composição corporal, quer pela negação de sua identidade atribuída quando de seu nascimento.

Apesar dessa invisibilidade social dos corpos trans*, pretende-se uma possibilidade de remodelar o corpo enunciado do feminino, mas não só, é também importante para além do corpo construído a partir do mundo estético, o posicionamento político-social de modo a transpor a barreira das saberes

hegemônicos que tornam o sujeito fruto do meio em que vive, bem como ser sujeito que vive suas personalidades e seus aperfeiçoamentos.

Como ato performativo, o corpo trans* se lança no mundo público a partir da paródia butleriana⁷, constante e incontestável, ressignificada a cada dia, com sua dimensão política. Apesar dessa “cópia não perfeita” (Butler, 1990: 197), aos olhos das normatividades, os corpos trans* mobilizam e produzem incômodos para aquelas/es que as observam como incoerências frente às suas “verdades” biologizantes.

Ainda que reconhecendo as bases de sustentação das lutas antirracistas e suas legitimidades, quando o tema é pessoas trans* nas comunidades-terreiro, por exemplo, apesar de incomum, a presença delas é percebida, porém são recebidas, como parceiras/os, filhas/os, clientes em potencial, mas são tratadas/os pelo seu sexo biológico na maioria das vezes, o que reforça que a dicotomia público/privado foi ressignificada para outros corpos que destoam das imposições (i)lógicas e pauperizam seus discursos.

⁷ Paródia em Judith Butler, refere-se ao processo de imitação que cada sujeito exerce a partir de sua própria construção da “ideia de original” e não a partir de um referencial que, em geral, nada tem de perfeito. Portanto, segundo Butler é “uma imitação sem origem” (BUTLER, 1990, p. 197).



Logo, retomando a aparência travesti, de Caroline Barreto (2007), se percebe nas pessoas trans* sujeitos compostos de corpos políticos, com um grande potencial de modificação dos espaços onde se encontram, mas, ainda desrespeitadas em suas identidades de gênero, uma vez que para manter esse corpo transgressor da ordem de gênero imposta, nas comunidades-terreiro, se faz necessário um rearranjo das questões estéticas, corpóreas, psicológicas, de vestuário, subjetivas e tantas outras, e para além delas, se faz necessário aprendizados comuns de respeito às diversidades sexuais e de gênero que podem possibilitar entendimentos mútuos sobre as relações e processos subjetivos das pessoas trans* nas comunidades-terreiro ou em outros espaços religiosos (BOMFIM, 2009).

Processos trans*identitários: vivências e violências quotidianas

Embora pareça contraditório, não fazemos aqui uma defesa ao abandono das identidades enquanto categorias políticas. O que pretendemos chamar atenção é para como essa construção diversa, tanto para as sexualidades quanto para a noção de raça, como nos alerta o antropólogo social Kabengele Munanga, “é a partir da tomada de consciência dessas culturas de resistência que se constroem as identidades culturais,

enquanto processos e jamais produtos acabados” (MUNANGA, 2004, p. 32).

Então, através da ideia de identidades desse autor, pensamos ser viável compreendê-las como tecnologias que nos permitam caminhos nas discussões sobre gênero, sexualidade, raça, classe, geração, e outras categorias políticas. Saindo inclusive do ciclo de debates sobre as sexualidades e os debates de raça/etnia que foram situados às margens da produção de conhecimento sobre tais temáticas, buscando questionar a ordem hegemônica, de modo que se desestabilize sua “zona do ser”, em última instância mexer com suas zonas de conforto.

Desse modo, quando entendermos as identidades como interseccionalizadas com/por outras dimensões analíticas, possamos alcançar a proposta fanoniana de descolonização do “Terceiro Mundo” através da “emergência das sensibilidades colonizadas” (apud HALL, 2001, p.148)⁸, que se dá quando se quebram as linhas abissais do humano e do não humano que confere a alguns o lugar de sujeito em detrimento de outros (GROSFUGUEL, 2010, p.93).

⁸ Em Os Condenados da Terra (1968) Frantz Fanon atenta para os modelos hegemônicos produzidos por uma Europa colonialista que delineiam os modelos de vivências possíveis. Tais modelos foram atribuídos em função das crenças e valores sociais do século passado.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Planando a áurea da colonialidade sobre nossas cabeças, nos propomos a perguntar se as pessoas trans* em sua identidade de gênero, não são mulheres, como fez Sojourner Truth (1851) ao interpelar uma plateia de mulheres e homens brancos sobre sua condição de mulher subalternizada⁹. Neste contexto histórico, uma mulher negra, mesmo uma ex-escravizada, poderia sofrer sanções pelo seu ato de heroísmo, mas de modo eficaz a pergunta lançada por Sojourner Truth no século XVII, ainda ressoa em espaços de representação social.

Retomando a abordagem da comunidade religiosa anteriormente citada, vemos que também se reflete nas comunidades-terreiro quando corpos que desestabilizam a ordem do gênero naturalizada são questionados acerca de sua inteligibilidade. Afinal, uma mulher trans* é uma mulher?

As identidades trans*, assim como todas as identidades, são construídas, paulatinamente, nas intersecções que compõem a cultura contemporânea. Para tanto, é possível contrapor as sexualidades hegemônicas e pautar as dissidências de gênero como uma das várias possibilidades de ascensão no campo disputado das

⁹ Sojourner Truth uma grande oradora abolicionista que percebeu nas relações de poder entre pessoas brancas e negras privilégios que definitivamente negras/os não exerciam. Para compreender o discurso proferido por ela à época ver <http://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>

sexualidades, dos gêneros inconformes, da raça e de outras categorias. Essa identidade (trans)posta, negra, aguerrida e potencializada, fez com que outras vozes fossem ouvidas. Assim como as “pessoas subalternas” passaram a falar após o seu agenciamento político (SPIVAK, 2010).

As matrizes de opressão sugeridas por Patricia Hill Collins (2005) são importantes para pensar como os corpos trans* são rejeitadas/os para o convívio social. Segundo a socióloga, há um ‘conjunto de imagens que formatam o controle dos corpos indo desde a objetificação até os estereótipos lançados pelas instituições sociais que compelem os sujeitos à reprodução dos modelos apreendidos durante os processos de colonização e que se seguem até os dias atuais (COLLINS, 2000, p. 69).

Ainda que se entendam os malefícios dos processos colonizatórios e suas variações é importante observar, a partir do pensamento do filósofo e cientista político Achille Mbembe (2011), como a ação do Estado – ou sua omissão - corrobora para o silenciamento de corpos que não estão em conformidade com as políticas de coalisão social. Esta inconformação social permite que mulheres e homens (trans* e cis gêneros) sejam dizimados do convívio social relegando-as/os a uma zona de distanciamento social que convém para a grande notificação de morte



social e simbólica que os corpos desviantes sofrem.

Essa concepção de um terror moderno está ligada diretamente à herança escravagista que é parte de um imaginário social construído desde o período colonial e que se arrasta até os dias atuais de formas ditas sutis. Tais reproduções também são percebidas nas relações vivenciadas nas comunidades-terreiro, sobretudo, em relação aos corpos trans*versalizados por gêneros dissidentes.

As matrizes opressoras no campo da sexualidade, da raça/cor, da identidade de gênero, da geração, da classe, são definidores sociais dos corpos passíveis de trânsito nesses espaços sagrados. Não obstante, as comunidades-terreiros são espaços sociais que aceitam pessoas trans* desde que a leitura social dos seus corpos seja realizada a partir de um olhar possível e aceitável, e não através de uma lente de gênero que permita a esses corpos, um “corpus sócio-vivencial” que agregue e proponha valores políticos. Em última análise, há um “espacio homogâmico” que determina o lugar social dos corpos trans* a partir de uma leitura convencional e sem precedentes (WADE, GIRALDO, VIGOYA, 2008).

Pensando em caminhos

À guisa de conclusões pretendemos aqui pensar um panorama dos estudos no campo das sexualidades e das dissidências de gênero,

a fim de problematizar as questões concernentes às violências vivenciadas pelas pessoas trans* nas casas de Candomblé na capital baiana, ampliando a discussão através do conceito de biopoder (Foucault) e necropolítica (Mbembe), que tratam da relação entre vida e morte e quem detém o poder de decisão sobre esses dois aspectos. Assim, situamos a discussão sobre sexualidade no campo dos estudos das dissidências sexuais e de gênero os aproximando dos estudos culturais.

Delimitar espaços se constitui numa forma diferenciada de mensurar as sexualidades dissidentes das hegemônicas e então concluir qual espaço cabe a uma e a outra. Pensar em enunciar as sexualidades, nesse contexto, é estar compelido à inexistência social, embora em termos foucaultianos seja uma forma de publicizar o indizível. Ainda que para o autor, o papel das instituições seja definidor das intersecções entre as matrizes de opressão e os sujeitos sociais, isto nos posiciona num campo de tensão permanente.

Mesmo “invisibilizados”, os corpos trans* são políticos desde a sua atuação cotidiana até os enfrentamentos pontuais como alerta Barreto (2007), logo, desestabilizam os corpos convecidos de suas normatividades. É importante pensar as identidades políticas como “tecnologias” que



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

nos permitam avanços significativos no campo dos estudos de sexualidades e gêneros dissidentes. Assim, como a raça é construída em um campo teórico sexualizado e vice-versa, todas as categorias sociais são passíveis de imbricamentos que constituem o sujeito em sua composição – construção - social.

As representações sociais, construídas a partir de matrizes colonizadoras, são um reflexo de ações atemporais e que diante do aval do braço armado do Estado manipula “the agency” (Gordon, 1997) dos sujeitos que se pensam irrepresentáveis, quando são, de fato, os principais atores na construção de sua organização político-social.

As pessoas trans* vivenciam um grande teatro no percurso de suas vidas, transferem para si olhares “curiosos e exotizantes” a partir de suas trocas quotidianas de “figurinos”, muito mais simbólicos que palpáveis. A sexualidade foucaultiana (1976), nos é cara para pensar as dissidências sexuais, bem como para compreender as mortes social e simbólica que as pessoas trans* vivenciam quando buscam a acolhida nas religiosidades (BOMFIM, 2009).

REFERÊNCIAS:

- BARRETO, Caroline de Lima. *Aparência travesti: redesenho, comportamento e vestimenta*. In: GRAPHICA'2007. XVIII Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e VII Internacional Conference on Graphics Engineering for Arts and Design. 2007, Curitiba:PR. 2007. Disponível em: http://www.exatas.ufpr.br/portal/docs_degraf/artigos_graphica/APARENCIA.pdf
- BASTIDE, R. *O Candomblé da Bahia: rito nagô*. São Paulo: companhia das Letras. 2001
- BENTO, Berenice Alves de Melo. *O que é transexualidade?* São Paulo, Brasiliense, 2008 (Coleção primeiros passos; 328).
- BIRMAN, Patrícia. *Tramas e transes: sexo e gênero nos cultos afro-brasileiros, um sobrevôo*. 2005. Estudos feministas, Florianópolis, maio-agosto/2005 pp.403-414.
- BOMFIM, P. T. S. *Discriminação e preconceito: identidade, cotidiano e religiosidade de travestis e transexuais*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). 132 f. Universidade Católica de Brasília, Brasília. 2009
- BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2014
- COLLINS, Patricia Hill. *Mammies, Matriarchs, and Other Controlling Images*. IN. ____ . *Black Feminist Thought*. London and New York. Routledge. 2000. 69-96.
- _____. *Booty Call. Sex, Violence, and Images of Black Masculinity*. In: *Black Sexual Politics. African Americans, Gender and the New Racism*. London and New York. Routledge. 2005. pp. 149-180
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador. Edufba. 2008
- FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores. 1997. Pp. 69-97
- _____. *Direito de Morte e Poder Sobre a Vida*. In: *Historia da*



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Sexualidade 1. A Vontade de Saber. Rio de Janeiro. Edições Graalk. 2003. Pp. 125-149.

GIRALDO, Fernando Urrea, ARIAS, Waldor Botero & REYES, José Ignacio. *Tensiones en La Construcción de identidades de Hombres Negros Homosexuales en Cali.* In: Peter Wade; Fernando Urrea Giraldo; Mara Viveros Vigoya (editors). *Raza, etnicidad y sexualidades. Ciudadanía y multiculturalismo en América Latina.* Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales (CES), Escuela de Estudios de Género, 2008 Pp. 279-318. Disponível em: <https://www.scribd.com/doc/175326777/Raza-Etnicidad-y-Sexualidades/>

GROSGOUEL, Ramon. *El concepto de «racismo» en michel foucault y frantz fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser?* *Tabula Rasa.* Bogotá - Colombia, No.16: 79-102, enero-junio 2012. http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892012000100006&script=sci_arttext

HALL, Stuart. *Que negro é esse na cultura popular?* *Revista Lugar Comum.* Rio de Janeiro:UFRJ, n. 13-14, pp. 147-159, jan/ago.2001.

LANDES, Ruth. *Matriarcado cultural e homossexualidade masculina.* In: *A cidade das mulheres.* 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2002. p.319-331

MACHADO, Roberto. Introdução: *Por uma Genealogia do Poder.* In . __ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro. Edições Graal. 979. Pp. VII-XXIII

MBEMBE, Achille. *Necropolítica.* In . _____. *Necropolítica seguido de Sobre el Gobierno Privado Indirecto.* Melusina [sic]. 2011. Pp. 17-76.

MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização.* *Sociologias,* Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual dos conceitos de raça, racismo, identidade e etnia.* *Cadernos PENESB* (Programa de Educação sobre o Negro na

Sociedade Brasileira). Rio de Janeiro, n.5, pp. 15-34, 2004.

PARKER, Richard Guy. *Cultura, economia política e construção social da sexualidade.* In: Louro, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo Educado: pedagogias da sexualidade.* 2ª Ed. Autentica. Belo Horizonte. 2000. pp.125-150

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciencias.* 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TRUTH, S. *Ain't I a woman?* [1851] Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/atlantico-negro/afroamericanos/sojourner-truth/22661-e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth> Acesso em: 22 de Nov. de 2015

VANCE, Carole S. *A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico.* In: *Physis – Revista de Saúde Coletiva.* v. 5. n. 1. 1995. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/physis/v5n1/01.pdf>